

PARECER JURÍDICO Nº 144/2026

ASSUNTO: Anulação do Processo de Seleção Pública nº 02/2026

INTERESSADO: Diretoria Administrativa da FUNDECC

OBJETO: Aquisição de Analisador rápido de gordura por Soxhlet.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica acerca da viabilidade de anulação, de ofício, da Seleção Pública nº 02/2026. O certame tem por objeto a aquisição de um **Analisador rápido de gordura por Soxhlet**, destinado ao projeto “2043 - Convênio 01.23.0677.00_Finep”.

Após a publicação do edital e abertura da sessão, verificou-se um vício na redação do item 2.1 do **Termo de Referência (Anexo I)**, que descreveu a capacidade analítica de "Extração / Corrida" como sendo de "**até 15 amostras**". Segundo a coordenação técnica, a necessidade real do projeto exige um equipamento que realize a extração de **15 amostras simultâneas**, mas a redação atual permitiu que fornecedores oferecessem equipamentos de capacidade inferior (como 4 amostras), alegando atendimento à expressão "até". Diante do conflito interpretativo e da imprecisão técnica, a administração manifestou a intenção de anular o certame.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Da violação ao princípio do julgamento objetivo e da eficiência

De acordo com o art. 1º, § 2º do Decreto Federal nº 8.241/2014, replicado no item 1.2 do Edital, os processos de contratação da FUNDECC devem observar, entre outros, os princípios da **eficiência**, da **competitividade** e da **vinculação ao instrumento convocatório**.

O julgamento das propostas deve ser estritamente **objetivo**, conforme determina o item 6.3 do Edital, observando as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho contidos no Termo de Referência. A inclusão da expressão "até 15 amostras" no TR criou uma **ambiguidade técnica** que impede o julgamento objetivo, pois:

1. Sob a ótica gramatical, um equipamento de 4 amostras atende ao termo "até 15".

2. Sob a ótica da **necessidade pública e técnica do projeto**, apenas **15 amostras** atendem à finalidade da pesquisa.

Essa divergência entre o texto e a necessidade real fere a **objetividade do certame** e o princípio da **eficiência**, uma vez que a contratação de um equipamento inferior tornaria a execução do projeto de pesquisa inócua ou severamente prejudicada, descaracterizando sua finalidade estratégica e indispensável.

2.2. Da ausência de parâmetros claros no Edital

O Edital estabelece que as propostas devem ser "firmes e precisas", sem condições que induzam o julgamento. Entretanto, a falha na descrição do objeto (item 2.1 do TR) induziu o erro tanto de proponentes quanto da Comissão de Julgamento.

A jurisprudência administrativa e o dever de autotutela (Súmula 473 do STF) conferem à Administração o poder de anular seus próprios atos quando estes apresentarem vícios de legalidade. No caso em tela, o vício reside na **imprecisão do objeto**, o que compromete a isonomia, pois diferentes licitantes podem interpretar a capacidade técnica de formas distintas, impedindo a comparação equânime de preços.

2.3. Da fase recursal e do conflito instalado

Embora a Comissão de Seleção tenha buscado agir em defesa do projeto, a desclassificação de um licitante baseada em uma interpretação que extrapola o texto literal do edital ("até 15") gera insegurança jurídica e vulnerabilidade a recursos administrativos e medidas judiciais. O item 7.4 do Edital prevê que a invalidação deve ocorrer quando os atos forem insuscetíveis de aproveitamento. Dado que o erro está no **Termo de Referência**, que é a base de todo o certame, o aproveitamento dos atos é inviável.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela **ANULAÇÃO** da Seleção Pública nº 02/2026, com fulcro no art. 1º, § 2º do Decreto nº 8.241/2014 e no poder de autotutela administrativa.

Recomenda-se:

1. A **anulação de ofício** do certame, motivada pela incorreção técnica no Termo de Referência que impede o julgamento objetivo;

2. A retificação imediata do item 2.1 do TR pela coordenação do projeto, especificando a exigência técnica de forma clara (ex: "*Capacidade mínima de 15 amostras*");
3. A abertura de novo processo com a publicação de edital corrigido, garantindo a transparência e a ampla competitividade.

É o parecer, submetido à apreciação da Diretoria da FUNDECC.

Lavras, MG, na data da assinatura eletrônica.

Hélio Ribeiro

Advogado – OAB/MG 65.318

TERMO DE ANULAÇÃO

PROCESSO: Seleção Pública nº 02/2026

OBJETO: Aquisição de Analisador rápido de gordura por Soxhlet.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 1º, § 2º do Decreto Federal nº 8.241/2014; Súmula 473 do STF.

1. DOS FATOS E DA MOTIVAÇÃO

A FUNDECC instaurou a Seleção Pública nº 02/2026 para atender às necessidades do projeto “2043 - Convênio 01.23.0677.00_Finep(Ref.2874/22)_Trip-Publico”. O Termo de Referência (Anexo I), no item 2.1, descreveu a capacidade analítica do equipamento como sendo de **"Extração / Corrida: até 15 amostras"**.

Ocorre que, conforme a justificativa técnica do projeto, a necessidade estratégica e indispensável para a execução eficiente da pesquisa exige que o equipamento realize a extração de **15 amostras simultâneas** por corrida, visando o aumento da capacidade analítica e a agilidade nos resultados. A inclusão da expressão **"até"** no texto publicado gerou uma ambiguidade fatal à objetividade do certame.

Durante a sessão de julgamento, a interpretação dúbia do Edital permitiu que um licitante apresentasse proposta de equipamento com capacidade para apenas **4 amostras** (o que, gramaticalmente, está contido em "até 15"). A desclassificação desse licitante pela Comissão de Seleção, **baseada na necessidade real de 15 amostras**, gerou um conflito de interpretação e a manifestação de intenção de recurso, fundamentada na literalidade do texto editalício.

2. DA ANÁLISE JURÍDICA

O julgamento objetivo é um dever da Administração e da Comissão de Seleção, conforme preceitua o item 6.3 do Edital e o Decreto nº 8.241/2014. A descrição imprecisa do objeto impede que os licitantes formulem propostas em igualdade de condições e que a Administração selecione a proposta que efetivamente atenda ao interesse público e às metas técnicas do convênio.

A falha na descrição ("até 15 amostras" em vez de "15 amostras") configura ausência de parâmetros objetivos, o que fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da eficiência. Segundo a doutrina e a jurisprudência administrativa (Súmula 473 do STF), a Administração tem o dever de anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais.

3. DA DECISÃO

Diante do vício insanável na descrição do objeto no Termo de Referência (Anexo I), que compromete a lisura do julgamento e a finalidade da contratação, a Diretoria da **FUNDECC**, de ofício, com fundamento no parecer jurídico exarado e com fulcro no poder-dever de autotutela, decide por:

- a) **ANULAR** a Seleção Pública nº 02/2026, desde a publicação do Edital, com base na ilegalidade da descrição do objeto que afeta o julgamento objetivo;
- b) **DETERMINAR** a correção imediata do Termo de Referência pela coordenação técnica do projeto, especificando a capacidade analítica exata necessária para a pesquisa;
- c) **AUTORIZAR** a publicação de novo Edital, escoimado dos vícios aqui apontados, garantindo a ampla competitividade e a transparência.

Publique-se no sítio eletrônico da FUNDECC e em órgão oficial de publicação do governo federal para ciência de todos os interessados.

Lavras, MG, na data da assinatura eletrônica.

ANA PAULA PIOVESAN MELCHIORI
Diretora Executiva da FUNDECC